

**Quart'ética realizada em 21/03/2007**

**Tema: Avaliação Psicológica no Âmbito Jurídico e o Agir Ético**

**Palestrante: Psicólogo José César Coimbra – CRP 05/20822**

Boa tarde, eu queria agradecer à Comissão de Ética pelo convite e agradecer a vocês por estarem aqui presentes pra gente poder conversar sobre este tema, como a Eliana adiantou, um tema importante, sem dúvida nenhuma.

O que eu pretendo compartilhar com vocês? Dentro desse tema – Avaliação psicológica no âmbito judiciário, o agir ético – eu pretendo me deter, sobretudo, na parte que diz respeito à apresentação de resultados, vamos dizer assim, o modo como o psicólogo transmite esse saber produzido a partir da avaliação para a autoridade judicial. Mas eu vou fazer isso a partir de um caso que foi bem badalado na mídia há alguns anos, o caso do Champinha, talvez vocês se lembrem, um caso de São Paulo, que eu vou falar daqui a pouco. Não que eu vá me deter nele, mas isso vai ser um trampolim, um ponto de partida.

E, junto ao caso do Champinha, eu vou comentar alguns enunciados que eu vim recolhendo ao longo dos anos que eu estou trabalhando como psicólogo na justiça. Algumas frases que vão ajudar a gente a pensar sobre este tema, eu acredito. Então, antes de entrar um pouco no caso do Champinha, eu vou começar com um enunciado, dizer qual é o enunciado que eu vou utilizar.

Há alguns anos, houve um grande encontro em Brasília, em 2001, se eu não me engano, chamado – foi o primeiro e único, não teve segundo nem terceiro – mas o nome era “Primeiro Encontro Psicossocial jurídico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios”. Então, um encontro psicossocial-jurídico, falando dessas posições. Da posição psicossocial e da posição do que seria o jurídico. Foi um congresso enorme, a Leila estava lá, vários colegas do Rio, muito representativo, muita gente do Brasil inteiro e do exterior estava presente lá. E houve uma aula magna, uma conferência inicial feita por um desembargador, onde ele falava a respeito desses personagens que auxiliam no funcionamento da justiça: o serviço social, por exemplo, a psicologia, e falou de outros personagens também.

Quando ele se deteve na questão do psicólogo, da psicologia, e é esse enunciado que eu quero reter aqui pra gente começar a pensar, ele falou o seguinte: por que a psicologia é importante dentro do universo judicial? Por quê? Ele dizia o seguinte: ele disse que a psicologia era importante porque a Psicologia era uma ciência e o Direito não era. Isso foi uma das coisas que ele disse. Ele disse isso. A Psicologia é importante para o Direito, é

importante para o funcionamento da Justiça porque ela é uma ciência. E ele estava dizendo isso num certo entendimento de ciência naquilo que, uma certa leitura que ciência nos traz do seu valor preditivo, por exemplo. Era nesse contexto que ele estava dizendo. Então, a Psicologia enquanto ciência é importante para que a Justiça possa dar suas sentenças de modo mais efetivo. Era essa posição que ele estava sustentando ali. Ou, uma outra formulação que ele fez, para legitimar as decisões judiciais. Foi uma outra formulação que ele fez, a ciência legitimando uma decisão judicial, de um saber que não seria propriamente científico.

Eu queria que a gente ficasse com isso em mente por enquanto. Porque na verdade essa história não é nova, né? Muitos historiadores da Psicologia já contaram essa história, desse suposto valor científico da Psicologia nessa relação com o Direito. Mas eu quero trazer ela neste momento, através da fala desse desembargador, porque o que eu quero reter, na verdade, é que uma das questões que a gente deve sublinhar nessa questão da avaliação psicológica é que se trata, que deveria se tratar, pelo menos, de duas posições: a posição da Psicologia e a posição do Direito. Que muitas vezes acaba se confundindo. A gente vai ver isso um pouquinho mais pra frente.

Aí a gente pode pensar o seguinte: ele falou que vai falar do Champinha, e tal. O que isso tem a ver com o caso do Champinha? Bom, o caso do Champinha foi um caso em 2003, vocês vão se lembrar, um jovem casal de adolescentes foi assassinado em São Paulo, assassinado com requintes de crueldade por um grupo de três pessoas, de três adultos. E um adolescente que na época tinha 16 anos. E por aquilo que foi veiculado, esse adolescente, apesar de os outros serem adultos, esse adolescente é que era o “cabeça” do grupo. E o que aconteceu? Por que eu estou trazendo este caso? Porque três anos depois esse adolescente recebeu a pena máxima, ou melhor, a medida máxima prevista no ECA, de internação, 3 anos, e os outros, os adultos, receberam penas que variaram de 100 anos a 30, se eu não me engano, ou 20 anos, os três envolvidos.

Na época, em 2006, quando estava se chegando ao final da internação, aí sim com certeza vocês vão se lembrar disso, porque foi muito discutido na mídia, começou uma discussão que era a seguinte: pô, o Champinha vai sair ou não vai sair? Ele pode sair ou não pode sair? Como é que vai ser isso? E o quê que foi feito? Foi feito o seguinte: ao longo dos três anos de internação, foram feitas avaliações multidisciplinares, vamos dizer, sempre com psiquiatras e psicólogos. Foram feitas seis avaliações ao longo de três anos. E as avaliações, de um modo geral, convergiam, pelo menos no que foi divulgado na mídia, elas convergiam no sentido de dizer que ele tinha um retardo mental leve. Um retardo mental leve. Algo que não oferecia ao aparato judicial nenhuma possibilidade de utilização para que se pensasse um

artifício para que de algum modo ele continuasse internado, vamos dizer assim, apesar do limite já ter sido alcançado.

E particularmente a penúltima avaliação psicológica convergiu para um enunciado que causou muito rebuliço na mídia, foi motivo inclusive de um editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, o qual criticava o trabalho que foi feito, que foi um laudo de 40 páginas e a conclusão era mais ou menos um termo dizendo que o Champinha tinha uma “personalidade camaleônica”. Foi o termo utilizado, uma “personalidade camaleônica”. O que isso queria dizer? Os laudos anteriores já diziam que ele era sugestionável e o perito-chefe, vamos dizer assim, que foi responsável por esse penúltimo laudo, ele quis dizer com “personalidade camaleônica”, segundo suas próprias palavras, que se o Champinha estivesse no meio de pessoas legais, ele seria legal, e se ele estivesse no meio de pessoas más, ele seria mau. Era isso, segundo a própria explicação que ele deu. Mas aí veio o último laudo. Todos os laudos anteriores disseram mais ou menos a mesma coisa, os cinco laudos. Mas aí veio o último laudo dizendo que ele tinha o “transtorno orgânico da personalidade”. E foi esse laudo que foi utilizado pelo aparato judicial.

Eu tentei fazer um levantamento para ver de fato qual foi o destino do Champinha, mas no levantamento que eu fiz eu não consegui chegar hoje, dizer pra vocês: “olha o Champinha, aconteceu isso<sup>1</sup>”. Porque o que esse laudo apontava e o que o aparato judiciário estava propondo a partir desse laudo era uma internação do Champinha em um hospital psiquiátrico, não um hospital de custódia. Um hospital psiquiátrico que seria indicado pela Secretaria de Saúde. Tudo leva a crer que esse foi o destino, mas a mídia silenciou a partir desse último laudo. Não existe... no levantamento que eu fiz na Internet não localizei nada depois que esse laudo foi emitido.

Então, de algum modo a gente retoma aí, através desse caso, as palavras do desembargador, de algum modo a gente retoma, com esse caso, as palavras com as quais eu iniciei a minha apresentação aqui. Foi um uso científico, um uso de um instrumento supostamente científico, selecionado, foi ele que serviu como embasamento para uma determinada decisão judicial.

E aí eu vou caminhar agora rapidamente – para não estourar o tempo, essas idéias podem ficar um pouco soltas, aí a gente retoma quando tiver a oportunidade de conversar – eu

---

<sup>1</sup> O jornal *O Estado de S.Paulo* publicou em 22.4.07, matéria em que trata do destino de Champinha. Até hoje ele se encontra em uma unidade da CASA (ex-Febem), cuja localização não pode ser revelada devido a ameaças que ele recebe de outros internos. A matéria aponta que o jovem tem um ótimo comportamento, contudo, durante um curto período em que esteve na companhia de outros internos, que também recebiam ameaças, ele teria assumido comportamentos agressivos e não cooperativos.

quero ainda voltar a esse Encontro Psicossocial-Jurídico, porque houve lá uma juíza francesa, Marie Lacroix, que fez uma série de palestras muito interessantes e muito importantes pra gente. E ela trouxe, exatamente falando, porque era o título do congresso, falando da relação entre esses personagens de apoio e os juízes, ela fez uma citação de um escritor francês, André Malraux, que é a seguinte, ela falou o seguinte, esse autor teria escrito o seguinte: “se se pretende saber tudo, não se pode julgar”. A juíza falou sobre essa frase... por que essa frase é importante?

O que ela quis dizer? Essa frase contraria um pouco o senso comum, porque de um modo geral o senso comum vai entender o quê? Ora, pra julgar é preciso que se saiba tudo! Eu acho que a gente vai concordar com isso. Se a gente pensar rapidamente, a nossa tendência é dizer isso. Não, a gente precisa saber o máximo possível para efetivamente julgar. E ela vem, uma juíza, vem, puxa lá da cartola uma frase de um escritor, para dizer que não, se se pretende saber tudo, não se pode julgar, ou seja, pra julgar é preciso, é necessário que não se saiba tudo. Que não se saiba tudo. E ela diz que isso é extremamente importante. E aqui eu vou complementar essa frase, pra vocês verem que não é algo assim descabido, isolado, com um apontamento que a professora Leila fez em um evento que a Uerj e o Serviço de Psicologia da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso organizaram há algum tempo, os “Labirintos da Demanda”, ela trouxe uma frase do Pierre Legendre, que é também alguém que circula aí entre a psicanálise e o Direito, e nas palavras da professora Leila, que estão baseadas num texto do Pierre Legendre, ela trouxe pra gente o seguinte: “esclarece o autor que o trabalho destes profissionais – psicólogos, assistentes sociais que trabalham no universo judicial – não deve excluir a possibilidade de o juiz manter suas dúvidas e, portanto, sua capacidade de julgar”. Vocês vejam que é o mesmo raciocínio que a Marie Lacroix trouxe pra gente, é o mesmo raciocínio. É preciso certo espaço, certa indeterminação do saber para que efetivamente um julgamento possa se dar.

E o quê que isso tem a ver com os relatórios psicológicos? Eu acho que essa segunda indicação aqui da Leila é explícita nesse sentido. Eu acho que uma das questões é: se – seja um psicólogo, seja um assistente social, seja qual personagem de apoio à justiça – se ele também pretende transmitir ao juiz tudo, um tudo imaginário, um todo imaginário, é isso exatamente que vai inviabilizar a possibilidade de uma tomada de decisão.

E isso é curioso, porque a gente vai ver uma correspondência dessas questões no Código de Processo Penal e no Código de Processo Civil, de alguma maneira. Pelo menos essa é a minha opinião. Porque a gente vai ver que tanto no Código de Processo Penal quanto no Código de Processo Civil, nos dois códigos há artigos que dizem o seguinte, que dizem a

mesma coisa, que dizem o seguinte: que o juiz ele não é obrigado a julgar com base nos laudos. Nos dois códigos a gente vai encontrar dois artigos que dizem a mesma coisa. E é engraçado que a nossa realidade, eu falo... não estou me excluindo, eu sou também psicólogo do Tribunal de Justiça e tal. A nossa realidade é a seguinte: muitas vezes, quando a gente se depara com uma situação como essa, a gente tem um ímpeto de entender, num primeiro momento, que o juiz está fazendo algo que não deveria ser feito. Ou seja, é como se a gente soubesse o que o juiz deveria fazer! Vocês estão entendendo? Não sei se vocês estão acompanhando essa nuance, que a própria legislação prevê que o juiz não é obrigado a julgar conforme o laudo, mas diante dessa situação muitos profissionais entendem que eles é que estão certos e os juízes estão errados.

E qual é o problema disso? O problema disso é o seguinte: é que se a gente pudesse fazer um raciocínio ao contrário e dizer o seguinte: o juiz é obrigado a julgar conforme os laudos, qual é o raciocínio, qual é a conclusão que a gente tiraria disso? Que o trabalho do psicólogo e do assistente social, ou de qualquer operador de apoio, é o julgamento propriamente dito! É o julgamento, seria – porque não é – seria o julgamento propriamente dito. Então trabalhar essa diferenciação entre o que seria propriamente uma conclusão da ordem de um trabalho psi e aquilo que seria da ordem do julgamento, tal como o funcionamento da justiça prevê, é um trabalho fundamental a ser feito.

E todas essas construções que eu estou fazendo aqui têm como objetivo dizer isso, que ainda é, ainda não está suficientemente claro, e é necessário que a gente avance nessa caracterização desses dois lugares como dois lugares distintos, como dois lugares diferentes. E é óbvio que há autores que vêm apontando pra isso. A própria professora Leila é um desses autores, o Sidney Shine é um desses autores que explicitamente procura trazer isso. Sonia Rovinski também, pra citar colegas do Brasil. Mas me parece que é uma temática que a gente ainda tem como sendo um pouco distante do nosso dia-a-dia e tem reflexos muito importantes no tipo de trabalho que a gente pode desenvolver. Já fui avisado que o meu tempo se esgotou. Eu vou encerrar e espero ouvir os colegas da mesa e discutir com vocês na oportunidade das perguntas. Obrigado.

***Participante: José Jorge***

*Boa noite, meu nome é José Jorge, sou estudante de Psicologia na Uerj. E a palestra toda me assustou muito, assim, porque parece que o psicólogo está completamente perdido*

*na Justiça: não tem condição para trabalhar, não tem capacitação, o que ele faz vale ou não vale, ninguém sabe nada, a ética... sabe? Sei lá... (Risos)*

*É uma pergunta meio geral, mas o básico que eu queria saber é o quê que o Conselho está fazendo, entende, pra organizar a gente? Pra quando eu terminar a faculdade poder trabalhar no Fórum feliz? (Risos).*

**Participante: Maria Luisa**

*Eu sou Maria Luisa, sou psicóloga da 1ª Vara de Família de Nilópolis, presto auxílio à 2ª Vara de Família, Infância e Juventude e do Idoso de Nilópolis também. Como é seu nome mesmo? José, a gente não está tão perdido assim! (risos) Na verdade, não é bem uma pergunta, acho que eu quero fazer um depoimento de profissional, como os colegas aí, Eliana e César, a gente encontra muitas dificuldades, a gente tem muitos questionamentos, sou ex-aluna da Leila também, mas desde o início, desde o dia em que eu botei os pés lá no Tribunal, eu procurei subsídios. Realmente o profissional, o que a Márcia colocou, a gente tem que procurar se capacitar, porque o Tribunal manda a gente pra frente de trabalho e a gente tem que se virar, mas eu acho – e isso acho que posso falar pelos colegas também – a gente se questiona muito, a gente discute, a gente se reúne e procura fazer um bom trabalho, com equívocos, com avanços, com retrocessos, mas não é uma coisa que... hoje em dia, recentemente a gente até recebeu um material... depois de alguns anos de pedido chegou muito material que eu acho que vai nos ajudar. Material mesmo: giz de cera, lápis, quadro-negro, bonecos. Não, bonecos ainda não chegaram, livrinhos, mas uma coisa que é uma batalha de anos, que finalmente se concretizou. Porque a presença dos psicólogos no Tribunal aqui no Rio também é relativamente recente, né? Não tem nem dez anos ainda. Então, eu acho que quem vai, entra na frente, às vezes a gente realmente se depara com situações que a gente nem imaginava, que a gente não estava preparado, e aí é o preço que se paga, mas eu acho que a coisa tende a melhorar. Acho que quando você se formar a gente já vai saber mais do que a gente sabe hoje.*

*E uma outra coisa que eu queria colocar, em relação à fala da Márcia também, é que acho que em outros eventos que eu participo a gente sempre fica com uma idéia que a regra é não entrevistar uma pessoa supostamente um abusador. E isso não é verdade. Quer dizer, eu sei que isso acontece, há instituições em que isso é regra, mas lá na Vara onde eu trabalho e nas colegas com que a gente conversa, os colegas, existe um cuidado, principalmente no contexto de Vara de Família, né, porque muitas acusações que a gente ouve numa Vara de Família, às vezes são coisas absurdas. Como você colocou, ah, porque na casa do pai não*

toma banho, ou na casa da mãe. Porque isso também acontece, não é só em relação à figura feminina, quer dizer, à figura masculina. Às vezes existe uma queixa em relação à casa da mãe, a mãe às vezes se casou novamente, o pai não gosta do novo companheiro da mãe, então as acusações às vezes se voltam para esse novo companheiro da mãe. Então, por mais que a gente se prepare, trabalhar no judiciário sempre nos pega de surpresa, porque a gente acha que já viu de tudo e aí surge uma situação nova. Mas eu acho que é isso, a mim, pelo menos, que me faz gostar de trabalhar lá. Porque a gente está sempre encarando novos desafios, não tem monotonia, jamais. Enfim, eu acho que não desista, se você tem vontade de trabalhar na área, eu acho que vale a pena.

Agora, tem uma questãozinha que o César falou que eu queria colocar também, aproveitando, que eu tenho uma experiência diferente. Às vezes quando um juiz não acata alguma coisa que eu coloquei, tem uma visão, a decisão dele aponta numa direção totalmente diferente de uma coisa que eu coloquei no meu estudo, isso às vezes me dá um certo alívio, sabe? Porque tem certos operadores do Direito que têm uma demanda que a gente realmente decida por eles. Isso eu já ouvi, uma juíza uma vez me disse “ah, eu quero que em três horas você diga com quem a criança deve ficar”. Era um processo grave, um litígio acirrado, como é que em três horas, numa situação de anos de violência doméstica, uma situação complicada, você vai poder... nem com uma iluminação, assim, não tem como! (Alguém fala alguma coisa inaudível). Sim, o máximo, você pode com o tempo, com muitas entrevistas, às vezes apontar uma direção. Apontar uma direção, que é outra coisa de decidir. Por isso que às vezes numa situação claro que eu não coloquei, porque eu não tinha como colocar, mas eu sei que em alguns juízos pode ser fonte de problema, porque a demanda é essa mesmo, mas não são todos, o judiciário tem isso de peculiar, cada juízo às vezes tem uma marca muito forte da pessoa que está ali naquela posição de magistrado. Então a gente, enfim, se depara com profissionais que trabalham de diferentes formas. Acho que, eu procuro dialogar, procuro expor, bato na porta do gabinete, doutora, doutor, me coloco, acho que a gente não pode ficar passivo. A gente tá ali interagindo, então... enfim, eu já falei muito. Mas é porque eu não quero que uma pessoa que de repente pode ser um profissional, um colega, venha a desistir (risos). Acho que é difícil, às vezes é pesado, mas eu acho que é extremamente gratificante em alguns momentos também, enfim, acho que vale a pena a tentativa, tá?

**Participante: Elizabeth**

Meu nome é Elizabeth Paiva, sou psicóloga do famigerado, atualmente chamado DEGASE, que é o departamento sócio-educativo geral de acompanhamento de adolescentes

*em cumprimento de medida sócio-educativa. Bom, eu também trabalho em Nilópolis, trabalho no CRIAM de Nilópolis, e é muito interessante, César, quando você fala que o juiz... a juíza francesa colocando que não quer tudo, né? Vamos dizer, o que a gente percebe no dia-a-dia com os juízes, principalmente juízes de infância e juventude, com os adolescente em conflito com a lei é exatamente que o psicólogo, ou a equipe que acompanha o psicólogo em cumprimento de medida sócio-educativa dê a ele subsídios muito concretos, e às vezes até um certificado de garantia de que o sujeito não mais vai cometer um ato infracional. E uma das coisas que a gente tem apontado muitas vezes para alguns juízes é exatamente o seguinte: “olha, o certificado de garantia que vai num eletrodoméstico está lá escrito que se der defeito pode ser corrigido, né? Você tem como fazer alguma coisa. E como é que você enquanto psicólogo vai dar um laudo conclusivo de que não vai mais cometer um ato infracional?” Eu acho que essa é uma inquietação e aí eu digo para você: “bem-vindo ao mundo da questão da Psicologia e o Direto!” É um lugar de... e eu acho que a Psicologia já é um campo de inquietação, né, não tem jeito, não tem saída. E eu acho que a Leila, quando ela fala da questão de você estar contextualizando o que você escreve, quem é esse adolescente, de que família, de que sociedade, em que lugar, em que comunidade ele está inserido. E hoje eu penso o seguinte: eu não faço mais laudos só com relação à questão da subjetividade. Mas eu falo de como é que um adolescente, um jovem, pode cumprir a medida sócio-educativa. As dificuldades e nesse sentido eu acho que estou – eu e colegas – caminhando no sentido de que agora a gente escreve os relatórios junto com os adolescentes. E que, realmente, o momento de uma reavaliação e de um re-julgamento seja um momento de fala, de palavras, de discussão, de contradições. E não mais simplesmente um laudo que dê um parecer conclusivo.*

**Participante: Tatiane**

*Boa noite, meu nome é Tatiane, eu sou estudante ainda, da UFRJ, e assim, isso que a colega falou agora, de que é um lugar de inquietações eu to percebendo muito, principalmente essa área, que é uma área que eu tenho me interessado muito ultimamente, mas que realmente tem me trazido muitas inquietações. E o que me chamou atenção, principalmente na pesquisa da Márcia, foram alguns relatos quando uma das psicólogas fala: “ah, eu não posso afirmar que a criança foi abusada porque ela utilizou do boneco anatômico e aí tava lá mexendo num orifício, de repente é por uma curiosidade, por uma novidade, o boneco”. E aí depois um outro relato falou também que “ah, se a criança ainda não falou nada, eu vou dar um laudo parcial”, né, uma psicóloga falou, “aí depois que a*

*criança falou eu posso dar meu laudo conclusivo”. Isso é uma questão muito assim para mim, porque eu fico pensando assim, então a idéia que eu tive com esse relato é: no laudo parcial eu ainda não tenho certeza, no laudo conclusivo eu tenho a certeza de que ela foi abusada, porque alguma coisa que ela me falou sugeriu isso. E eu acho isso muito complicado.*

*E uma outra questão que me surgiu é, não sei, desculpa a ignorância, se isso já foi algo muito claro, mas como é que é essa capacitação que vocês falaram tanto? Que os psicólogos o tempo todo falaram “o profissional tem que estar capacitado, se ele não estiver capacitado ele não vai poder afirmar, se ele tiver capacitado ele vai poder afirmar”. Então eu fiquei pensando como é que é essa capacitação, então, que permite que o psicólogo possa afirmar que a criança realmente foi abusada, por exemplo?*

**Palestrante: José César Coimbra**

Eu vou começar pelo começo, vamos dizer assim, na ordem aí. Muito legal, Maria Luisa, Beth, amigas aí... Eu vou dar uma continuidade, na verdade, ao que estava falando, eu acho que vai ser uma oportunidade de reencontrar, sobretudo o que a Maria Luisa, a Beth e o colega José, meu xará aí, trouxe pra gente.

Primeiro, eu queria trazer um dado. Em 2000, 2001 eu estava conversando com uma promotora da área da infância e juventude e ela falou assim pra mim: “César, uma das coisas que eu fico mais surpresa quando eu vejo um laudo [não necessariamente do psicólogo, do assistente social também] é que lá o cara fala, fala, fala e no final ele coloca assim: SMJ. Cara, isso eu não consigo entender”. Não sei se vocês percebem o que que é isso. SMJ é Salvo Melhor Juízo. Então a promotora falou assim: “cara, vocês estão escrevendo do campo de vocês. Aí estão escrevendo para alguém que não é do campo de vocês. Aí vocês colocam Salvo Melhor Juízo?”. Ela viu uma contradição nisso. Eu não sei se vocês estão percebendo agora. Porque se você coloca Salvo Melhor Juízo, você está falando, de certo modo, de igual para igual também, do mesmo território, porque aí vocês podem ter uma opinião no mesmo campo de modo diferente, salvo melhor juízo. Mas se vocês estão falando de campos que seriam distintos, se vocês estão tirando conclusões que estão marcadas por princípios epistemológicos diferentes, como é que você vai colocar Salvo Melhor Juízo? E é curioso, foi a promotora, eu nunca vi ninguém falar sobre isso, está entendendo? E essa promotora falou “a coisa mais estranha pra mim é ler isso aqui, chegar ao final e ver Salvo Melhor Juízo. Você sabe me explicar? Eu falei pô, peraí, vamos ver... (risos).

Então, eu acho que esse é mais um exemplo pra gente conversar sobre essa confusão de lugares, sobre essa confusão de lugares. E isso é uma confusão de lugares que vai ter efeitos no modo como o psicólogo, o assistente social vão concluir sobre o seu trabalho. Esse é o ponto.

E eu queria dar um outro exemplo, aí totalmente fora do psi, mas que eu acho que ilustrou muito bem essa questão, talvez muitos de vocês, como eu, tenham assistido ao documentário “Justiça”. Eu tive o prazer e a sorte de assistir a uma pré-estréia, houve várias pré-estréias, né, com debates e tal, uma fala do então juiz, hoje ele é desembargador, Geraldo Prado. Então, quem viu o documentário vai se lembrar que o Geraldo Prado é um personagem dentro do documentário que tem grande destaque, junto com a defensora pública, etc. E na fala dele, não no filme, mas no debate, ele disse assim: “Cara, uma das coisas que mais me chamou atenção no filme foi eu me ver lá no filme e eu, que me considero um juiz não autoritário quando eu me vi no filme, eu me vi um autoritário, eu não conseguia... isso dava uma dissonância”. Eu que me represento de uma determinada maneira e no momento em que eu me via, não me reconhecia.

E aí ele arriscou uma hipótese para isso. Ele dizia o seguinte, pelo que eu entendi: que ele, para ele, ele se tornava autoritário na medida em que ele não era contido no seu lugar de juiz, nas vezes em que isso acontecia. Na medida em que ele se via obrigado a assumir outros papéis que não o de juiz. Isso no contexto do comentário, da crítica que ele estava fazendo, se referia ao papel do Ministério Público, por exemplo. Especificamente ele estava se referindo a isso. Mas acho que dá pra gente entender, sem entender o que é Ministério Público, o que isso significa para nós. Quando o psicólogo não se atém ao seu lugar – e eu sei que falar do papel da psicologia é complicado, o que é psicologia, né? O Canguilhem escreveu sobre isso, é possível a gente retomar – mas quando a gente vai querer fazer algo que não é nosso, quando a gente quer concluir algo que não é do nosso campo aí é que a gente arrisca a dar esse passo também, tal como Geraldo Prado viu ilustrado no filme.

Então a discussão é, mais uma vez, como Canguilhem já escreveu há tanto tempo, o que é psicologia? Se vocês tiveram o prazer de ler esse texto, vocês vão se lembrar que ao final, ao final desse texto o Canguilhem coloca o seguinte, ele pede uma licença, “eu que sou filósofo vou me dirigir a vocês, psicólogos, com um conselho de orientação: se você sai da Sorbonne e pega a direita, você vai cair na chefatura de polícia; se você virar à esquerda, você vai para o Pantheon”, que é o lugar onde estão as grandes cabeças da França, as cabeças libertárias. E mais uma vez a questão ainda é a mesma, e mais uma vez a questão ainda é a mesma.

E, para não tomar o nosso tempo, vocês e os outros colegas têm mais o que falar, eu quero retomar a fala da Marie Lacroix, que é uma juíza, porque o contexto completo daquela frase que eu usei ela disse o seguinte, que a frase é do André Malraux, na verdade, que ela utilizou, mas o que ela disse foi o seguinte: “as diversas funções que assessoram o juiz têm o objetivo precípua de impedir o seu arbítrio”. Aí ela usa a frase. Agora, veja bem, não é que o psicólogo vá ser defensor público, entendeu? Não é isso. Ou vai ser o Ministério Público. Como é que é impedir o arbítrio, associando a essa idéia de que se se pretende saber tudo não se pode julgar? É porque o saber psicológico vai esvaziar o saber do Direito, assim como o saber do Direito vai dizer que o saber psicológico é incompleto. É isso que é impedir o arbítrio! Porque o arbítrio, seja do Direito, seja da Psicologia, é entender que você vai dizer o todo ou apreender a subjetividade, como a Eliana colocou, que você vai dizer tudo sobre o que está em jogo. Então é esse jogo permanente de esvaziamento, o Serviço Social esvaziando o saber do juiz, o psicólogo esvaziando o saber do juiz, o juiz esvaziando o saber psi e também do Serviço Social, é isso que faz com que a decisão, no final das contas, possa ser tomada. É dizer que, no final das contas, existe uma margem ali que o juiz vai ter que assumir. Mal comparando, não gosto dessa comparação, nem aquilo que é totalmente desprovido de subjetividade, né, o exame de DNA, nem ali você encontra 100%. Não, Fulano tem 99,9% de chance de ser o pai de Fulana de Tal.

***Participante: Simony***

*Boa noite, meu nome é Simony, sou estudante de Psicologia. Eu queria só que você, a Leila falasse um pouquinho do código, o que ela pensa mais sobre, porque achei que você falou um pouco rápido e eu não entendi como que você pensa, o que você pensa sobre ele. Eu queria que você falasse um pouquinho mais sobre isso.*

***Participante: Luiza***

*Luiza, sou da Psicologia Jurídica da Veiga de Almeida. Quando você estava falando do “Salvo Melhor Juízo”, eu lembrei de uma coisa, que quando você faz Oratória, você aprende a tomar cuidado com o “eu modesto”, aí você aprende a usar aquela coisa nós, nós, nós e quase você fala assim “a nossa esposa, as nossas esposas”. Então, assim, você acaba misturando uma coisa com a outra, tentando usar um eu modesto, mas acaba que você confunde e você queima toda a oratória. E aí lembrei também de Sócrates, que diz “tudo o que sei é que nada sei. E por isso eu estou superior a todos, sou superior a todos”. Então,*

*acho que a gente entra meio que nessa, nesse ponto de iminência, meio sem saber, uma hora a gente quer ser modesto, acaba queimando todo o nosso filme na oratória, e por outro lado, acho que a gente não quer ser arrogante como Sócrates. Quando ele usou essa frase, apesar de ser belíssima, “tudo o que sei é que nada sei”, mas ele foi extremamente arrogante, né com aquele discurso dele da oratória, da persuasão, não sei o quê... então, assim, existe um ponto aí, ponto de iminência, que é uma matéria de física, você vai lá ver que você vai empurrar algum objeto, se você imprimir uma força um pouquinho maior, aquele objeto vai andar, mas tem uma outra força que você pode colocar para que aquele objeto não ande, mas que funcione muito bem. Então eu não sei se é aí que a gente está perdendo, a gente está no ponto de iminência, a gente está perdendo um pouco a pressão ou a quantidade de força que devemos imprimir em tudo isso. Então acho que essa é a grande questão da Psicologia Jurídica, a gente está numa cordinha bamba, e como andar nela...*

*Eu concordo com a outra que falou aqui no sentido de que a gente até se capacita, mas não é só ter a informação, mas o que você vai fazer com a informação. Então, assim, fazer cursos, eu acho que a gente faz uma porção, mas a vivência é diferente, que só você experimentando para saber. Então eu não sei, eu acho que a gente... é bom esse repensar, é bom a gente ler, mas eu acho que é na prática que a gente vai fazendo a diferença, os nossos pontos de iminência.*

**Participante: Pedro**

*Bom, boa noite, meu nome é Pedro, eu sou professor do Instituto de Psicologia da UFRJ e fui até bem pouco tempo psicólogo da famigerada, como disse a Beth Paiva, só que a minha ainda mais famigerada, Polícia Militar. Toda essa conversa, eu acho que principalmente na figura que o César nos traz, do esvaziamento dos saberes, achei bem interessante, nos faz pensar assim, que o lugar da psicologia, nessa chamada psicologia jurídica é apontar para a transdisciplinaridade que existe dentro do campo jurídico. Eu acho que esse é o nosso principal, a principal função ali. Apontar que quando a gente fala em jurídico a gente não está falando só do Direito, que existem outros saberes que também falam desse jurídico, e que não só falam a partir de uma multi ou interdisciplinaridade, mas que se afetam, que possam de fato levar essa idéia de que esse campo jurídico também é um campo em construção, ele é um campo em construção porque a psicologia também é, o direito também é, a arquitetura, e tantos outros mais saberes que possam se aliar nessa discussão do que é esse campo jurídico. A minha pergunta é exatamente isso: como de fato... pra mim é fácil falar disso, eu falo na universidade, mas lá no campo jurídico mesmo, como é que a*

*gente pode, de fato, produzir transdisciplinaridade naqueles saberes que são muitas vezes tão endurecidos? Como fazer isso no dia-a-dia?*

**Participante: Márcia**

*Eu lamento muito ter chegado já no final, vindo de Bangu, na unidade penitenciária onde eu trabalho, feminina, condições de trabalho zero, enfim, a gente fica assim, né, como tudo é difícil e você tira, lá no campo, leite de pedra para poder estar trabalhando e fazendo da sua prática algo diferente deste lugar de laudos e enfim... eu acho que essa pergunta, Pedro... eu sou Márcia Badaró, esqueci de me apresentar, eu trabalho no sistema penitenciário, também sou conselheira aqui e, assim, a gente tem discutido muito esse lugar, quando Beth fala da questão das avaliações, “vai voltar ou não a delinquir o menor infrator?”, é a mesma questão do sistema penitenciário: “Vai voltar ou não a cometer delitos?”. Óbvio que ninguém tem essa bola de cristal. Agora, essa questão da interdisciplinaridade, da trans, nós não chegamos nem na multi, Pedro! Que dirá na trans! Essa é a maior... e essas instituições: Tribunal de Justiça, sistema penitenciário, DEGASE, com esse endurecimento, Polícia Militar, com todas essas estruturas, é impressionante como a gente, se não tiver cuidado, a gente absorve isso de tal forma, que a gente se segmenta mesmo, e quando você vai ver, é um dia após o outro, um dia após o outro, seu colega está ali do outro lado, a assistente jurídica lá do outro lado, a assistente social ali, e vocês sequer, a gente sequer conversa sobre as nossas questões. Então esse é o grande desafio, da gente superar isso. A gente vem discutindo isso, né? A gente faz lá na nossa unidade um trabalho, eu estou aqui com a minha contadora de histórias, que é um trabalho de oficina de contação de histórias, que também é psicóloga, e é uma luta. E pela primeira vez, nesses anos todos que eu tenho de trabalho, eu consegui uma parceria com as assistentes sociais. Nesses anos todos! Você vê como é que a gente absorve esse endurecimento da instituição e a gente vai reproduzindo isso, é uma coisa de louco isso, uma doideira, e a gente o tempo todo tem que estar atento a isso, porque as coisas... assim como a Maria Luiza falou, lá em Nilópolis ela tem uma juíza que é fantástica, que foge à regra das coisas. Então, ela tem esse acesso, ela tem um trabalho. Eu, por exemplo, estou numa unidade em que estou podendo desenvolver isso, porque com todos os problemas daquela unidade, ainda é uma direção que acha importante esse tipo de trabalho que a gente faz lá. Então, assim, é uma luta diária. Então eu acho que a gente está tendo esse cuidado o tempo todo, sinalizando pra gente “olha, não resvale nisso, porque a instituição quer isso, cada vez mais segmentação, cada vez que você fique no canto”, porque você se juntar aos outros, você se fortalece, você vai discutir, você*

*vai reivindicar, você vai... e a instituição não quer isso não. Então, quer dizer, esse é que é o trabalho. Trans, meu amigo, nós estamos muito longe! (risos) Mas estamos lá, brigando!*

**Palestrante: José César Coimbra**

Pergunta muito interessante, me dá vontade de tentar responder, a pergunta que o Pedro colocou. E eu vou responder de uma maneira muito singela, na verdade, muito simples, que eu posso responder neste momento. Eu acho que a gente viu exemplos aqui, talvez não pela alternativa da transdisciplinaridade, realmente, aí eu faço meio que eco, de outra maneira, mas do que a Márcia trouxe, acho que nesse momento, pelo menos, não é essa via que é possível. Mas o exemplo que a Beth Paiva trouxe, né, com relação ao modo como se tenta produzir o laudo nessa unidade lá do DEGASE. O trabalho com adoção, em boa parte das varas da infância e juventude hoje, onde se relativiza a idéia de avaliação, onde essa idéia de avaliação é trabalhada de outro modo, não com uma idéia de parâmetro, de selecionar pais ideais para adoção, como certas experiências de varas de família, como as de Brasília, onde me parece ser mais visível, onde se considera que o laudo não deve ser um subsídio a mais para o litígio.

Então, todas essas preocupações eu acho que apontam para uma forma de trabalho nesse universo judicial marcada por um cuidado diferente do que o que a gente vem notando ao longo do tempo. E mesmo no caso aqui no Rio de Janeiro, ainda de modo muito incipiente, mas nos casos relativos à violência sexual contra a criança, até onde eu acompanho, estou vendo isso a certa distância, mas eu gostaria de falar isso, o serviço municipal que herdou o Projeto Sentinela, que é o SECABEXS, me parece que eles estão fazendo grandes avanços. Em minha opinião, a unidade Santa Cruz, pelo menos até onde eu acompanho, trabalha muito bem e eles estão tentando desenvolver algo que vai nesse caminho aí da transdisciplinaridade. Assim, aponta para isso, no que diz respeito à Psicologia e ao Serviço Social buscar um novo discurso ali com efeitos interessantes sobre as crianças e os agressores que vão até lá. Me parece... eu quis responder de modo concreto, mais ou menos como foi pedido, e eu acho que a gente não está tão desorientado, assim como o nossa colega trouxe, embora estar perdido não seja necessariamente ruim! Eu também gostaria de dizer isso! Porque muitas vezes, quando nós estamos perdidos é que nós encontramos coisas legais, tá entendendo? Então, eu acho pelo contrário, infelizmente não estamos tão perdidos, talvez até dissesse isso.